

"Sou a favor da reeleição, mas quem trabalha com isso neste momento é porque acredita no quanto pior, melhor."

Professor Luizinho (PT-SP), líder do governo na Câmara, ontem, em Brasília, ao explicar que está fora de cogitação que a Câmara rediscuta a emenda da reeleição das mesas antes do recesso parlamentar de julho.

A inflação dos idosos



MARCELO
CÔRTEZ
NERI

A população com mais de 60 anos totaliza hoje 15 milhões de brasileiros, triplicando aquela de 1970. Na última década aqueles com mais de 60 cresceram três vezes mais que a população total. Projeções indicam que em 25 anos a população idosa será 32 milhões, a sexta do mundo.

O Brasil tem criado ações afirmativas voltadas à terceira idade, a começar pela Constituição de 1988 e pelo Estatuto do Idoso de 2004. A Constituição garante o poder de compra de benefícios previdenciários sem, no entanto, especificar indexador. O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas seguindo a sua longa tradição na geração de índices de preços — tais como IGP-DI e IGP-M — começa a pesquisar segmentos específicos como os idosos. Em particular, a Pesquisa de Orçamentos Familiares, realizada nas 12 principais capitais do país em 2002-03, capta demandas e comportamentos privados de forma a balizar ações e reflexões nos diversos níveis de governo e da sociedade civil. Não temos aqui considerações normativas, mas tão somente alguns elementos descritti-

vos úteis ao debate, como, por exemplo, aquele reaberto pelo ministro Jose Dirceu acerca da desvinculação do piso previdenciário do salário mínimo.

O desenho do Índice de Inflação dos Idosos exige cuidado. O orçamento, nessas pesquisas, é um conceito familiar — e não individual — logo não é possível calcular o índice de preços do idoso — a não ser nas 994 famílias da amostra compostas apenas por idosos. Embora consideremos este cálculo interessante, optamos por conceito mais representativo para política pública: as 1384 famílias pesquisadas cuja composição comporta pelo menos 50% de idosos. Já ao contrastarmos as famílias com idosos, em geral, com o grupo de referência escolhido, observamos alta sobreposição: 82% das pessoas em famílias com idosos são idosos, cerca de 1,5 idosos por domicílio.

As despesas de saúde se destacam ocupando 15% no orçamento dos dois grupos. Ao dividirmos o grupo de referência em segmentos com renda abaixo e acima de 8 salários mínimos observamos novamente resultados similares (14,5% contra 15,1%, respectivamente).

Entretanto, há diferenças importantes na composição das despesas de saúde por faixa de renda: serviços de saúde que incluem médicos, hospitais, laboratórios e planos de saúde ocupam 8,5% do orçamento da faixa mais alta contra 5,1% dos demais — talvez função do SUS. Em contrapartida, despesas com medi-

camentos em geral tomam 3% e 5,8% respectivamente, ficando o agregado das demais despesas de saúde, mais ou menos, constante. Neste sentido, independentemente de questões operacionais, programas que atuam sobre serviços de saúde (como controle de preços de planos de saúde) têm potencial de focalização menor do que ações voltadas à oferta de medicamentos (como o programa de farmácia popular ou o de genéricos).

Em termos da composição dos grandes grupos de consumo, as principais diferenças entre o conceito de família com pelo menos 50% de idosos frente ao total da população, favoráveis ao primeiro grupo são: i) despesas de saúde e cuidados especiais (15% contra 10,4%, respectivamente); ii) despesas de alimentação (30,2%; 27,5%); iii) despesas diversas (5,79%; 4,44%); e iv) ligeiramente habitação (32%, 31,8%).

Já o inverso — maior predominância relativa do total da população em relação aos idosos — ocorre nos seguintes grupos de despesas: i) Transportes (7,85%; 11,72%), refletindo a menor demanda e o passe livre do idoso: o transporte público urbano impacta 50% a mais o conjunto total da população; ii) Vestuário (3,67%; 5,4%) — a razão dos sexos mais favorável às mulheres — estas por cima — dada a maior longevidade feminina. iii) Educação, Leitura e Recreação (4,43%; 8,74%) — com importantes diferenças de composição. A maior despesa em educação da população total (1,86%; 5,76%) reflete o maior tempo

esperado para recuperação do investimento em capital humano. Já no caso de recreação e leitura observamos resultados mais similares apesar da maior disponibilidade para o lazer dos cidadãos sênior em função das meias entradas nas salas de cinema e teatro (0,40%; 0,48%) também formalizada no estatuto do idoso.

A análise do item saúde pode ser complementada com dados da PNAD98/IBGE: o acesso a seguro saúde é similar entre grupos etários (27% na população de idosos contra 24,4% do conjunto da população). Similaridade também encontrada na

Apesar da inflação dos idosos estar maior, o seu valor é ainda inferior à variação concedida ao salário mínimo, o que representa um ganho de 1,02%

qualidade destes planos em termos de cobertura de exames complementares (ambos 96%) e Direito a Internações Hospitalares (95,5% contra 93,6%). Mas o acionamento dos serviços de saúde é bastante diferenciado: (21,4% contra 13%). Tal diferença impacta o custo dos planos de saúde privados: aqueles cujo custo mensal era de menos de R\$ 50 mensais (27% contra 48%). Neste sentido, a recém promulgada proibição de diferenciação de preços etária de seguro saúde não é inócua.

A PNAD também possibilita a análise de

incidência de problemas de saúde: 10% dos idosos estiveram acamados nas duas semanas anteriores à execução da pesquisa, contra 4% da população em geral. Doenças crônicas como hipertensão atingem 45% dos idosos. Através da POF-FGV podemos avaliar o impacto sobre o consumo dos medicamentos por classe fitoterápica, comparando as famílias com pelo menos 50% de idosos com a população total. As maiores diferenças estão na participação de vasodilatadores para pressão arterial (46%; 22,7%), assim como de calmantes e antidepressivos (15,6%; 9,4%). Observamos relação inversa em outras classes, tais como anticoncepcionais e hormônios, (4%; 6,8%) dermatológicos (0,97%; 3,7%), vitaminas (1,3%; 4,4%), anti-infecciosos (0,96%; 7,16%) e analgésicos e anti-térmicos (4,5%; 9%).

Finalmente, sintetizando o efeito destas diferentes estruturas de consumo, em termos de índices de inflação, teríamos nos últimos 12 meses uma inflação de 6,5% no grupo de idosos contra 5,8% no IPC da população geral. Apesar da inflação dos idosos estar num nível superior, o seu valor é ainda inferior à variação concedida ao salário mínimo, representado um ganho de 1,02%.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de "Retratos da deficiência no Brasil", "Cobertura previdenciária: diagnóstico e prescrições de políticas" e "Ensaio sociais". mcneri@fgv.br